



**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

Processo: 34.335/2024

Recorrente: PROSPERA DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

Recorrida: ELIS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA.

Assunto: Recurso - Licitação - Pregão Eletrônico n. 90.129 de 2024 - Processo Licitatório n. 14.563/2024

À Ilma. Sra. Dra. Subprocuradora de Processos Administrativos,

I.RELATÓRIO

Trata-se de recurso apresentado pela empresa recorrente acerca do resultado do julgamento do Pregão Eletrônico n. 90.129 de 2024 - Processo Licitatório n. 14.563/2024, que tem por objeto o registro de preços para futura e eventual AQUISIÇÃO, sob demanda, de Álcool, para atender as necessidades do Hospital Municipal Raul Sertã, Hospital Maternidade Dr. Mário Dutra de Castro, Subsecretaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Estratégia de Saúde da Família, retaria de Atenção Básica, Programa Melhor em Casa, Estratégia de Saúde da Família, Subsecretaria de Vigilância em Saúde Ambiental, Subsecretaria de Vigilância em Saúde – Programa Municipal IST/AIDS/Hepatites Virais/Controle de Tuberculose e Hanseníase, Subsecretaria de Vigilância e Fiscalização Sanitária e Gerência em Saúde Mental, pelo período de 1 (um) ano.

O recurso apresentado pela empresa **PROSPERA DISTRIBUIDORA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** se deu contra a decisão do pregoeiro que habilitou a empresa **ELIS COMERCIO E DISTRIBUIDORA DE COSMETICOS LTDA.** no pregão supracitado.

Importante destacar, ainda, que o recurso foi apresentado tempestivamente.

Para melhor didática e compreensão, passa-se, a seguir, ao relato dos fatos de forma segmentada.

I.1. Das Razões da Recorrente

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 557da8d0-e31b-4fb0-a686-fcabfcf0aff4
Papel Timbrado Procuradoria Geral do Município Nº 000496/2024





**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO

Em síntese, a recorrente alega que, ao verificar as informações cadastradas no sistema de pregão eletrônico, identificaram que a empresa não observou os itens 10.1.2 e 10.1.3 do Edital, visto que a empresa indicou múltiplas marcas para o produto ofertado, quais sejam:

MARCA/FABRICANTE: “dragoco/ safra/ ciclo farma/ similar”

MODELO: “100ml liq 100ml”

Afirma ainda que essas descrições não atendem as exigências de clareza e unicidade previstas no edital, pois indicam múltiplas marcas e fabricantes, além de não detalhar adequadamente o modelo do produto ofertado, criando uma situação ambígua que compromete a avaliação objetiva da proposta, uma vez que não há uma única referência de marca e modelo a ser considerada.

I.2. Das Contrarrazões

Segundo apresentado pela Comissão de Pregão III em sua manifestação, apesar de devidamente notificada, a empresa recorrida não apresentou contrarrazões ao recurso.

I.3. Da Manifestação do Pregoeiro

O pregoeiro da Comissão de Pregão III, em manifestação de fls. 04/06, afirmou que o princípio da vinculação ao edital, o art. 63 da Lei nº 14.133/2021 autoriza a Administração Pública a permitir ou solicitar que os licitantes façam correções de falhas formais ou prestem esclarecimentos sobre suas propostas.

A lei define que as correções não podem alterar elementos fundamentais da proposta. Em outras palavras, não é permitido modificar aspectos que comprometam a objetividade ou a competitividade, como: (i) o valor ofertado; e (ii) características essenciais e específicas exigidas no edital, como desempenho, capacidade técnica ou qualidade do item.

Afirma ainda que, no momento oportuno, a empresa recorrida apresentou sua proposta realinhada, informando uma única marca e apresentando catálogo compatível com a requisição da secretaria, não afetando as condições principais da proposta, como o valor ou as

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 557da8d0-e31b-4fb0-a686-fcabfcf0aff4
Papel Timbrado Procuradoria Geral do Município Nº 000496/2024





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA - GERAL
DO MUNICÍPIO

especificações essenciais do produto, alegando ainda que tal apresentação respeitou o princípio da vinculação ao instrumento convocatório, onde tal princípio preconiza o entendimento de que as regras do edital devem ser rigorosamente seguidas.

No mais, a Comissão de Pregão em sua manifestação expressa ainda que, quando o edital exige que a empresa indique uma única marca, constitui-se uma norma objetiva a qual todos os licitantes devem observar e, ao apresentar a proposta corretamente e discriminando apenas uma marca, a recorrida se adaptou à norma editalícia, mantendo sua proposta válida e alinhada aos critérios estabelecidos previamente.

É o relatório.

II.DOS FUNDAMENTOS

Preliminarmente, verifica-se que o recurso, ora apreciado, é tempestivo e foi recebido pela Comissão de Pregão, pelo que deve ser conhecido, analisado e decidido.

Em matéria de recurso administrativo, dispõe o art. 165 da Lei n. 14.133/2021:

Art. 165. Dos atos da Administração decorrentes da aplicação desta Lei cabem:

I - recurso, no prazo de 3 (três) dias úteis, contado da data de intimação ou de lavratura da ata, em face de:

- a) ato que defira ou indefira pedido de pré-qualificação de interessado ou de inscrição em registro cadastral, sua alteração ou cancelamento;
- b) julgamento das propostas;
- c) ato de habilitação ou inabilitação de licitante;
- d) anulação ou revogação da licitação;
- e) extinção do contrato, quando determinada por ato unilateral e escrito da Administração;

[...]

§ 2º O recurso de que trata o inciso I do caput deste artigo **será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida**, que, **se não reconsiderar o ato ou a decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, encaminhará o recurso com a sua motivação à autoridade superior**, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.”
(sem grifos no original)

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 557da8d0-e31b-4fb0-a686-fcabfcf0aff4
Papel Timbrado Procuradoria Geral do Município Nº 000496/2024





**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO

Ou seja, o recurso deverá ser dirigido à autoridade competente (que nomeou o pregoeiro), por intermédio de quem praticou o ato recorrido (pregoeiro). O pregoeiro, ao receber o recurso e sendo o mesmo conhecido, poderá julgá-lo procedente - ocasião na qual irá alterar a sua decisão, exercendo o juízo de retratação - ou improcedente - quando irá manter sua decisão, fundamentando-a, devendo, neste caso, remetê-lo à autoridade superior, devidamente informado, no prazo de cinco dias.

Portanto, cabe ao pregoeiro receber, analisar e decidir os recursos e cabe à autoridade superior competente decidir os recursos contra os atos do pregoeiro, quando este mantiver sua decisão.

Em pesquisa acerca da matéria, depreende-se que a autoridade que designou o pregoeiro é que detém competência para julgar o mérito dos recursos interpostos, que, no caso em tela, é a Secretaria Municipal de Saúde, motivo pelo qual a esta especializada cabe apenas opinar juridicamente acerca do recurso.

Isso porque as especificações técnicas contidas no processo licitatório, inclusive quanto ao detalhamento do objeto da contratação, suas características, modalidade, requisitos e avaliação do preço estimado são de inteira responsabilidade da secretaria requisitante, eis que detém o conhecimento técnico necessário para definir as exigências essenciais que melhor se adequa ao objeto licitado, bastando que estejam dentro da legalidade.

Por certo, esta assessoria jurídica se manifestará sobre os aspectos jurídicos do recurso, cabendo ao Pregoeiro e à Secretaria Municipal de Saúde exarar sua decisão.

II.1. Da apresentação da proposta ajustada

Pois bem, no presente caso concreto a empresa recorrida apresentou inicialmente a proposta com mais de uma marca, o que feriria os itens 10.1.2 e 10.1.3 do Edital de Licitação, que previu que no preenchimento da proposta as licitantes deveriam apresentar a marca e o fabricante do produto.

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 557da8d0-e31b-4fb0-a686-fcabfcf0aff4
Papel Timbrado Procuradoria Geral do Município Nº 000496/2024





**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO

No entanto, alega o pregoeiro que, em momento oportuno, a mesma apresentou proposta realinhada, informando uma única marca e apresentando catálogo compatível com a requisição da Secretaria, e que a nova proposta não afetou as condições principais da proposta, como o valor ou as especificações essenciais do produto.

Com relação à possibilidade de saneamento dos erros ou falhas durante a fase de habilitação, deve-se observar o art. 64, § 1º da Lei n. 14.133/2021 e o item 14.15 do Edital de Licitação, senão vejamos:

Art. 64. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

(...)

§ 1º Na análise dos documentos de habilitação, **a comissão de licitação poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica**, mediante despacho fundamentado registrado e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação. (sem grifos no original)

14.15 -No Julgamento da habilitação e das propostas, o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação. (sem grifos no original)

Desta forma, conforme previsto na legislação aplicável e no edital da presente licitação, pode o pregoeiro sanar erros ou falhas, desde que não sejam alteradas a substância das propostas, dos documentos e a validade jurídica.

No mesmo sentido tem entendido o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, conforme Acórdãos n. 064075/2024 e n. 064435/2024:

LICITAÇÃO. REPRESENTAÇÃO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. PREGOEIRO. SANEAR. DILIGÊNCIA.

Com base no Princípio do Formalismo Moderado, o Pregoeiro, no interesse da Administração, deve adotar medidas saneadoras durante o certame e relevar omissões ou erros formais observados na documentação e proposta, desde que não contrariem a legislação vigente, promovendo diligência junto aos licitantes. (Acórdão N° 064075/2024-PLEN| Processo TCE-RJ n° 202.555-9/2024 Relator: Marcelo Verdini Maia, em 05/08/2024)

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 557da8d0-e31b-4fb0-a686-fcabfcf0aff4
Papel Timbrado Procuradoria Geral do Município Nº 000496/2024





**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURA



PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO

LICITAÇÃO. REPRESENTAÇÃO. PRINCÍPIO DO FORMALISMO MODERADO. PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO. OBJETIVO DA LICITAÇÃO.

Apesar de ser dotada de formalismo, a licitação não é um fim em si mesmo. O formalismo não pode se sobrepor ao interesse público. **A formalidade do procedimento não pode ser utilizada em via de mão única, devendo sim proteger a finalidade da licitação, em respeito aos princípios, direitos e deveres na busca do melhor resultado.** (Acórdão Nº 064435/2024-PLEN| Processo TCE-RJ nº 204.147-2/2024 Relator: Marcio Henrique Cruz Pacheco, em 14/08/2024) (sem grifos no original)

Desta forma, desde que não contrarie o que foi apresentado no edital, na legislação e que não sejam modificados aspectos fundamentais da proposta, pode o pregoeiro buscar o saneamento do procedimento tendo por base os princípios do formalismo moderado, da razoabilidade, da eficiência e da supremacia do interesse público.

III - CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, é possível concluir que, conforme previsto na legislação, no Edital e na Jurisprudência, o pregoeiro possui prerrogativa para saneamento dos erros ou falhas apresentadas no certame, podendo inclusive promover diligências quando necessárias para que o feito seja regularizado, desde que as modificações não afetem diretamente aspectos fundamentais da proposta apresentada.

Destarte, **opina-se pela remessa dos autos à Secretaria Municipal de Saúde para ciência das recomendações postas no presente parecer e manifestação e, após, à Comissão de Pregão III para providências de sua alçada.**

Por derradeiro, importante destacar que o exame desta Assessoria se dá tão somente quanto à legalidade do pedido, subtraindo-se análises que importem considerações de ordem técnica, financeira ou orçamentária, considerando-se a delimitação legal de competência institucional deste órgão, restringindo-se o presente parecer aos aspectos jurídicos, com base nas peças constantes dos autos, não adentrando no mérito administrativo, como questões de conveniência e oportunidade, cuja atribuição é do Administrador, com fiscalização pelo órgão de controle interno.

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 557da8d0-e31b-4fb0-a686-fcabfcf0aff4
Papel Timbrado Procuradoria Geral do Município Nº 000496/2024





**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R A



PROCURADORIA-GERAL
DO MUNICÍPIO

É o parecer, meramente opinativo e não vinculativo, que se submete à consideração superior, podendo ser acolhido ou rejeitado liminarmente.

Nova Friburgo, 14 de Novembro de 2024.

Amanda Foly Azevedo

Assessor Nível Intermediário de Processos Administrativos

Subprocuradoria de Processos Administrativos

Matrícula n. 115.212

Assinado digitalmente. Acesse:

<https://gpi18.cloud.el.com.br/ServerExec/acessoBase/?idPortal=008D9DCE8EF2707B45F47C2AD10B38E2&idFunc=B5B41FAC0361D157D9673ECB926AF5AE> Chave: 557da8d0-e31b-4fb0-a686-fcabfcf0aff4
Papel Timbrado Procuradoria Geral do Município Nº 000496/2024

